



**ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo- secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. “Ata da Trigésima Segunda Primeira Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e dezessete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Nove da Trigésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo Senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 496/23 do Ministério da Saúde – Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos; Moção de Pesar nº 2/2023, da Câmara Municipal de Dois Irmãos do Buriti; Cartas nºs 367 e 452/2023, da Águas Guaripora. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, João Henrique e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Paulo Corrêa, Pedrossian Neto, Coronel David, João Mattogrosso, Rafael Tavares, Londres Machado e Lia Nogueira. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os Deputados Pedro Kemp e Pedrossian Neto. **ORDEM DO DIA** – Retirado o Projeto de Lei nº 167/2022, de autoria da deputada Mara Caseiro, em face da ausência da autora. Foi pedido vista pelo deputado João Henrique do Projeto de Lei nº 76/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projetos de Lei nºs 96 e 97/2023, de autoria do Tribunal de Justiça. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçadas aos familiares de Valdir Ferreira da Silva e Levi dos Santos; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao jovem ciclista Pedro Dourado, de apenas quatorze anos, morador de Coxim, que elevou o nome de Mato Grosso do Sul em âmbito nacional, se tornando o primeiro atleta sul-mato-grossense a conquistar o título brasileiro de pista, na modalidade eliminação, na categoria juvenil de ciclismo de pista; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao subtenente da Polícia Militar Jackson Borges de Oliveira, pela sua atuação no salvamento de um bebê com apenas oito meses de vida; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Rafael Tavares, endereçada aos policiais militares da Força Tática e do Grupamento Especial Tático de Motos do 2º Batalhão da Polícia Militar, em Três Lagoas/MS; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Henrique, endereçada à advocacia, assim como as referências feitas no tocante à defesa pelo

ajuizamento de ação contra uma companhia aérea que descumpriu o Código de Defesa do Consumidor; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada ao senhor Lupércio Marques, presidente do Clube da Imprensa de Mato Grosso do Sul, extensiva a todos os membros do conselho diretor, pela fundação dessa importante entidade que, em 30 de abril próximo, completará um ano de existência; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada senhora Hella de Fatima Maeda, juíza federal do Trabalho e coordenadora do Programa Trabalho Seguro (PTS), no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho – TRT 24ª Região lotada na cidade de Campo Grande, em razão do trabalho árduo na conscientização e prevenção de acidentes no trabalho; requerimento de autoria do deputado Pedro Kemp, solicitando uma audiência pública no dia 10 de maio de 2023, referente à Lei Paulo Gustavo - Lei Complementar nº 195/2022; requerimentos de informações, de autoria do deputado Renato Câmara; indicações, de autoria dos deputados Pedro Kemp, Professor Rinaldo, Junior Mochi, Coronel David, Rafael Tavares, Zé Teixeira, Lucas de Lima e Roberto Hashioka. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna pela Federação dos Trabalhadores em Educação, representada pelo presidente, professor Jaime Teixeira.
EXPLICAÇÕES PESSOAIS – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e sete de abril do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 02 de maio 2023: Ofícios nºs 390, 391 e 394/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Pedro Kemp, Lia Nogueira, Mara Caseiro, Rafael Tavares, Zé Teixeira, João Mattogrosso, Neno Razuk e Professor Rinaldo. Ofícios nºs 397 a 399/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos deputados Lia Nogueira, Coronel David e Antonio Vaz. Ofícios nºs 532, 533, 534 e 548/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Lucas de Lima, Herculano Borges e Jamilson Name. Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, presidente, colegas deputados, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão. Apenas para encaminhar à Mesa duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a instalação de um semáforo no cruzamento da rua Jerônimo de Albuquerque com a rua Abrão Anache, no bairro Nova

Lima. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), senhor Janine de Lima Bruno, solicitando, com urgência, a revitalização asfáltica em frente a rodoviária, localizada na rua Dorvalino dos Santos, no município de Sidrolândia. Moção de pesar. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhada moção de pesar ao senhor Paulo Roberto, pelo falecimento do seu filho Luan, que infelizmente foi assassinado aqui em Campo Grande. Ele estava acompanhando a sua colega de trabalho, Carolina, que já estava ameaçada de morte pelo seu ex-namorado e infelizmente acabou perdendo a sua vida nesse final de semana. Que Deus dê conforto a ele e sua família nesse momento de dor e saudade. A jovem Carolina, infelizmente, está numa situação muito difícil na UTI da Santa Casa e só um milagre de Deus para salvá-la. Em que pese o trabalho do governo, a Casa da Mulher Brasileira, em que pese as leis que nós criamos, o trabalho de conscientização e também da polícia, que é a melhor do Brasil na elucidação dos casos de feminicídio, nós percebemos que os homens sul-mato-grossenses ainda não entenderam que a mulher não é objeto, que a mulher não pertence a eles, não aprenderam a lição da convivência, da paz. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares. Primeiramente quero fazer uma preliminar. Quando retornei a esta Casa, depois de trinta e oito anos, eu disse que faria, e farei, do meu mandato um instrumento de recuperação da dignidade e construção da cidadania dos assentados da reforma agrária, chamada agricultura familiar como um todo, indígenas e quilombolas. Estou a cada dia mais comprometido com esse debate, com esse tema. Durante as negociações do início do governo, fomos agraciados, deputado Pedro Kemp, com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Agraer, mas infelizmente até agora ela se mantém absolutamente inoperante por falta de estrutura. Em que pese a Bancada do PT votar com o governo, acompanhar o líder do governo nesta Casa, isso não tem surtido efeito. Por essa razão, eu estou tentando marcar uma audiência com o governador para a próxima sexta-feira, para colocar isso em pratos limpos e cobrar estrutura e autonomia para agir na Secretaria da Agricultura Familiar e na Agraer. Se isso não acontecer, é melhor termos uma outra conversa, o que eu acho que não é o melhor caminho, até porque, na sexta-feira teremos a posse do novo superintendente do Incra, do MDA e da Superintendência da Pesca. Precisamos de instrumentos e ferramentas para fazer avançar a agricultura familiar em Mato Grosso do Sul e ser modelo para o Brasil. Mesmo depois dessa preliminar, eu insisto em apresentar indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Carlos Alberto Assis, da Agência Estadual de Regulação de Serviço Público, pedindo a implementação urgente de uma linha de ônibus para atender às necessidades de transporte dos moradores dos assentamentos Paraíso, Campo Verde, Patagônia e toda a região do Santa Mônica, localizados no município de Terenos. De maneira geral, os assentados da reforma agrária estão lá abandonados, sem luz, sem estrada,

sem assistência técnica e sem transporte. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Washington Guilimão de Sousa, da Agraer, com cópia ao secretário executivo da Agricultura Familiar dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais, senhor Humberto Melo Pereira, solicitando a disponibilização de uma patrulha mecanizada com implementos para atender os produtores rurais do assentamento Arataba, localizado no município de Jardim. Portanto, senhor presidente, acreditando que o sonho é possível, continuo aqui em defesa do governo, mas esperando que a gente possa caminhar mais rapidamente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Eu gostaria de apresentar uma moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos eleitos no nosso país vizinho Paraguai, nesse domingo último. Quero cumprimentar o presidente eleito, Santiago Penha, um jovem de quarenta e quatro anos, formado em Harvard, que vai fazer a grande diferença na gestão do nosso país vizinho, Paraguai, nesse momento em que estamos discutindo a Rota Bioceânica. Eu estive nessa reunião, em missão oficial, senhor presidente, representando a Casa. Cumprimentar o ex-ministro Gustavo Leite, que foi eleito senador no nosso país vizinho, Paraguai. Portanto, duas grandes figuras emblemáticas com quem a gente pode discutir em alto nível, em padrão elevado. O nosso governador, Eduardo Riedel, também é uma pessoa jovem, e com certeza o deputado Zeca do PT vai ajudar nessa interlocução. Eu peço aos nobres pares que façamos uma moção de congratulação por essa eleição, em nome da Casa. Vou fazer o texto e submeterei a Vossa Excelência, para aprovarmos amanhã, se for possível. Agradeço, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu concordo fazer em nome da Casa. Essa é uma eleição importante para o Mato Grosso do Sul e para o Brasil. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 01996/2023, 01995/2023). De autoria do deputado João Mattogrosso: uma indicação (Prot. nº 01989/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 02006/2023, 02007/2023, 01940/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: um projeto de lei (Prot. nº 02011/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: um projeto de resolução (Prot. nº 01997/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: uma moção de aplauso (Prot. nº 02010/2023); dois projetos de lei (Prot. nºs 01983/2023, 01939/2023); um requerimento (Prot. nº 01994/2023); cinquenta indicações (Prot. nºs 01980/2023, 01982/2023, 01993/2023, 01981/2023, 01979/2023, 01972/2023, 01974/2023, 01968/2023, 01965/2023, 01975/2023, 01976/2023, 01977/2023, 01978/2023, 01961/2023, 01963/2023, 01992/2023, 01991/2023, 01990/2023, 01970/2023, 01988/2023, 01987/2023, 01986/2023, 01985/2023, 01984/2023, 01973/2023, 01971/2023, 01969/2023, 01967/2023, 01966/2023, 01964/2023, 01962/2023,

01960/2023, 01959/2023, 01958/2023, 01957/2023, 01956/2023, 01955/2023, 01954/2023, 01942/2023, 01943/2023, 01944/2023, 01945/2023, 01946/2023, 01947/2023, 01948/2023, 01950/2023, 01951/2023, 01949/2023, 01953/2023, 01952/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 02009/2023, 02008/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: cinco indicações (Prot. nºs 02002/2023, 02001/2023, 02000/2023, 01999/2023, 01998/2023). De autoria do deputado Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 02003/2023, 02004/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Antônio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Senhor Presidente, eu faço a inversão do meu tempo com o deputado Rafael Tavares.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Vossa Excelência disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas e a todos que acompanham esta Sessão. Semana passada foi iniciado, nesta Casa, um debate sobre um tema muito importante que é a fake news. Eu pedi vista desse projeto porque entendo que é uma situação muito perigosa e que ameaça a nossa liberdade. Quando alguém fala em combater as fake news, isso pode ser inicialmente interpretado como uma virtude, mas quando você cria um projeto para falar sobre fake news, alguém tem que determinar o que é, mesmo porque quando você dá poder para um governo dizer que aquilo é fake news ou não é, está dando poder para ele censurar a oposição, e isso pode acontecer no Brasil. Essa discussão vai além de combater as mentiras que são faladas, afinal de contas, mentira é uma coisa que existe na humanidade desde sempre, mas opinião é algo que tem que ser respeitado. Por exemplo, quando a esquerda diz que o ex-presidente Jair Bolsonaro é genocida, sem ele ter sido condenado por isso, é fake news? Eu entendo que sim, mas a esquerda está com sua liberdade garantida de interpretar dessa forma o posicionamento político do ex-presidente. Quando eu digo que o Lula é ladrão, é verdade ou é fake news? Para mim é verdade, mas o Supremo Tribunal Federal descondenou Lula, o que tecnicamente poderia ser interpretado como fake news. Então, se um projeto determina o que é fake news, nós estamos censurando a opinião das pessoas, e isso é muito perigoso, pois se colocado nas mãos de um governo, a oposição ficará calada. Agora vejam os senhores, se eu colocar a minha opinião na rede social e o ministério da verdade me acusar de fake news e me punir, isso se chama censura, que é o que aconteceu na época da ditadura. Hoje a discussão é sobre constitucionalidade desse projeto, mas ele é inconstitucional, uma vez que fere o artigo 5º da Constituição Federal que fala sobre liberdade de expressão. O governo não pode ter a liberdade de censurar as opiniões políticas. Se esse projeto visa a proteger as crianças do ambiente da rede social, já há mecanismos que previnem a mentira. Eu acredito que todo mundo já fez uma publicação no Facebook e foi alertado que aquele conteúdo é impróprio e que ele vai ser retirado. Isso acontece nas redes sociais. Um outro ponto é a questão de punição contra fake news: se eu disser uma mentira sobre um colega e ele se sentir ofendido, ele poderá ir à Justiça e me processar por injúria, calúnia ou difamação, assim como

qualquer membro da nossa sociedade que se sentir ofendido com uma mentira. Agora, se nós criarmos o ministério da verdade no Brasil, a esquerda vai utilizar isso para perseguir o discurso político da oposição e essa é a minha preocupação, por isso pedi vista desse projeto que está para ser votado. Quero alertar todos os colegas que isso aqui não se trata de combate às fake news, mas de censura, e a população brasileira estará acompanhando esse debate em nível nacional, acompanhando o posicionamento de todos os deputados, sejam a favor da liberdade ou a favor da censura. Eu estou pedindo a palavra para chamar atenção ao Item 4 da votação de hoje. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Com o deferimento de Vossa Excelência, estou invertendo a ordem de pronunciamento com o deputado Pedro Pedrossian Neto que vai ocupar a tribuna para falar de um tema muito importante.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Por inversão, com a palavra, o deputado Pedro Pedrossian Neto, que disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa, nobres colegas deputados aqui presentes, pessoas que assistem a esta Sessão. Quero agradecer à deputada Mara pela inversão do tempo para que eu possa tratar de um assunto de extrema importância, um tema que tem merecido consideração e esforço coletivo de toda esta Casa e do Governo do Estado. Eu me refiro ao "Maio Laranja" que é o mês de combate à exploração do abuso sexual de crianças e adolescentes, de combate à pedofilia, que infelizmente tem demonstrado no nosso estado e no Brasil um grande crescimento, ocupando a vice-liderança mundial nesse crime, atrás apenas da Tailândia. Esse indicador realmente nos envergonha, deputado Antonio Vaz. Nós precisamos sair desse ranking, dessa vice-liderança mundial, visto que três crianças são abusadas sexualmente, por dia, no Brasil. No Mato Grosso do Sul, apenas nesses três primeiros meses do ano, foram mais de seiscentos casos de abuso sexual, e o pior é que muitas vezes ele ocorre naquela faixa etária de um a cinco anos de idade, quando a criança ainda é indefesa. Nós convidamos o juiz de Direito, doutor Robson Celeste, para falar sobre esse assunto aqui na tribuna e chamamos a nossa equipe de gabinete para fazer uma mobilização, para abordar os motoristas na BR-163, onde lamentavelmente temos pontos de vulnerabilidade, muitas crianças, adolescentes, meninas com idade de doze, treze anos, são levadas à prostituição, são aliciadas. Essa campanha tem o seguinte mote, deputada Mara, ela diz: erga a voz, porque quem está sofrendo esse tipo de crime, muitas vezes, não tem voz, não tem consciência daquilo que está vivendo, principalmente na primeira infância. Então, a sociedade precisa erguer a voz e dar voz àqueles que são vítimas desse crime tão perverso. Trouxemos um broche para cada um dos deputados e eu peço que o mesmo seja colocado na lapela durante todo o mês de maio, para lembrar da atuação desse tipo de crime. Quero lembrar que a solução desse tipo de crime não é

responsabilidade somente do estado, das autoridades, mas da família, da comunidade escolar e de todo conjunto de pessoas que podem denunciar no 190, número normal da polícia, e no número 100, sem ser identificado. Quando se olha a questão da vulnerabilidade das crianças, tem que olhar com outros problemas correlatos, como por exemplo, o abuso de álcool e de drogas. Recentemente, em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, houve a história de uma menina que foi vendida pela mãe, usuária de drogas, a um traficante que a estuprou e em seguida a matou. Então, nós temos o problema das favelas, condições de vulnerabilidade, de miséria, que incitam esse tipo de crime, abuso de álcool e drogas e nós, no Mato Grosso do Sul, precisamos erguer a voz e dar um basta à exploração de crianças e adolescentes, e repudiar o crime de pedofilia. São essas minhas considerações, presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida.

DEPUTADO CORONEL DAVI (PL) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVI (PL) — Senhor presidente, em virtude do caso de invasão ocorrido aqui no estado, no município de Terenos, na propriedade da família da senadora Teresa Cristina, solicitei agendar hoje uma reunião com o Secretário de Justiça e Segurança Pública, agora de manhã, doutor Antonio Carlos Videira, para, em nome desta Casa, como presidente da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social, solicitar ao secretário informações a respeito das medidas preventivas que vêm sendo adotadas para evitar que esse crime aconteça aqui em Mato Grosso do Sul, bem como o trabalho da inteligência a fim de que ela possa acompanhar e prevenir a ocorrência dessas invasões. Então, senhor presidente, amanhã trarei a Vossa Excelência o resultado dessa reunião que é de interesse do setor produtivo de Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradeço a presteza do vosso trabalho. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, eu gostaria de ler uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, à MSGás, à Secretaria de Estado de Produção, solicitando estudo de viabilidade para implementação de incentivos para os municípios, de frotas de ônibus movidos a gás natural para o transporte urbano, porque é mais sustentável e reduz a emissão de poluentes. O governo do estado tem subsidiado o transporte público aqui na Capital, e nós entendemos que se tiver esse subsídio e junto dele a exigência de que o ônibus seja movido a gás, nós vamos reduzir cerca de 80% do monóxido de carbono dos gases emitidos. Então, a sustentabilidade é o objetivo do administrador público, e o desafio é aumentar a produção e a qualidade dos serviços,

sem descuidar do meio ambiente e da qualidade da vida da sociedade. Nós temos um gasoduto que atravessa o estado, temos gás em abundância, e a possibilidade de um custo mais barato. O ônibus movido a gás natural permite uma redução significativa de poluentes na atmosfera, em relação ao veículo a diesel que provoca o efeito estufa. Os benefícios também estão ligados diretamente à saúde da população, à diminuição de quase 90% de dióxido de nitrogênio, e a de material particulável chega a quase 85%. Os efeitos são de curto prazo, com o menor índice de doenças cardiovasculares e de perda de produtividade causadas por esses poluentes. O objetivo final dessa proposta é a redução do custo operacional das frotas municipais, uma vez que o ônibus a diesel tem um custo mais caro, beneficiando a população com a redução do custo da passagem, utilizando-se de tecnologia para obedecer o resultado da sustentabilidade em busca de um estado carbono neutro. Nós fizemos essa indicação para que o governador possa continuar subsidiando, mas exigindo que essas frotas, principalmente na Capital, passem a ser movidas a gás. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1... Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique Catan.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Estamos em sintonia com a direita, mas nem tanto, não é presidente? Eu gostaria de pedir vista desse projeto para estudar e me aprofundar um pouco mais.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pedido de vista do Projeto de Lei nº 167/2022, de autoria da Deputada Mara Caseiro e do deputado João Henrique. Como não há acordo de lideranças, o pedido de vista foi concedido. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 05/2023. Autor: Tribunal de Contas. "Altera a redação de dispositivos da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Jamilson Name. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 05/2023, de autoria do Tribunal de Contas.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi? Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima? Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 019/2023. Autor: Deputado Jamilson Name. "Torna ilegal produzir, distribuir, comercializar, extrair, fabricar, transformar, preparar, possuir, manter em depósito, importar, exportar, reexportar, remeter, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou adquirir, para qualquer fim, o Mineral Miracle Solution - Solução Mineral Milagrosa, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por maioria, ao projeto e à Emenda Modificativa 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por maioria, ao projeto e à Emenda Modificativa 01, tendo como relator o deputado Renato Câmara. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 019/2023, de autoria do deputado Jamilson Name.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lídio Lopes?

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MÁRCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto com o líder. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 4.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Gostaria de pedir vista deste projeto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Regimentalmente nós vamos conceder vista a Vossa Excelência.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Como bolsonarista, o senhor tem medo de fake news.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, quarenta indicações e quatro moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vai ao Expediente. Não há moção de pesar. Encerrada a Ordem do Dia... Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu estava na Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, não cheguei a tempo, mas gostaria de colocar sobre a mesa duas indicações.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não, deputado, vamos acatar as suas indicações. A Sessão será suspensa para o uso da tribuna para manifestação externa. Esta suspensão. Primeiramente com a palavra, a senhora Zaira Brito, representando o presidente da Segunda Casa, pastor Silvano Sena, para falar sobre a abertura dos trabalhos do Maio Laranja, mês de enfrentamento e combate à

violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes. A senhora disporá de quinze minutos para o seu pronunciamento.

SENHORA ZAIRA BRITO — Bom dia a todos. É uma imensa alegria estar aqui nesta manhã para falar de um assunto delicado. Estou aqui representando uma instituição que acolhe crianças vítimas de abuso sexual, em Campo Grande, e vou falar da realidade dessas crianças que sofreram esse tipo de violência. Elas estão no abrigo porque sofreram abuso sexual dentro da sua própria casa, por alguém que deveria amá-la e protegê-la, na maioria das vezes a pessoa que deveria zelar pela sua segurança. Nós presenciamos isso no dia a dia, mesmo porque as consequências e as sequelas dessa violência são visíveis e devastadoras na vida delas. São crianças que carregam consigo muito medo, têm um comportamento muito difícil, apresentam muita irritabilidade, elas têm medo até de uma simples conversa, vivem acuadas, têm depressão, pensamentos suicidas e muitos distúrbios sexuais desde muito pequenas. Eu vou dar o exemplo de uma criança de dois anos de idade que nós acolhemos porque ela havia sido estuprada pelo próprio pai. Essa criança carregava todas essas marcas, muita tristeza, dificuldade de comportamento, muito medo e ainda tinha um distúrbio sexual. O caso dela era gravíssimo, inclusive houve uma denúncia por parte da creche onde ela estudava e foi apurado que a mãe era conivente com a situação. Essa criança foi destituída do poder familiar e nem a mãe poderia cuidar, porque ela sabia da situação e não denunciou, permitia os abusos. A menina ficou conosco até os cinco anos de idade na instituição de acolhimento e posteriormente foi adotada por uma psicóloga, uma mãe solo que cuida dela até hoje com muito amor. Nós ainda temos contato com ela e sabemos como foi importante o cuidado dessa mãe adotiva, em função das consequências do abuso. Esse é só um dos inúmeros casos que temos lá. Foram acolhidas mais de quatrocentas crianças vítimas de abuso sexual e em 98% dos casos, elas sofreram abuso dentro de sua casa, pelo pai, pelo tio, pelo avô. Na maioria dos casos, quem comete essa crueldade são pessoas do mesmo sangue, nem sempre são os padrastos. Eu quero parabenizar o deputado Pedrossian Neto por abordar esse tema que é tão importante e que tem assolado as nossas crianças e adolescentes, no Brasil. Agradeço a oportunidade de estar falando um pouquinho em nome dessas crianças que não têm voz, porque a criança vítima de abuso se sente culpada, ela é ameaçada, tem medo e muita dificuldade em contar o que está acontecendo. O nosso papel, enquanto sociedade, é denunciar, assim como no caso dessa menininha de dois anos, a creche fez o papel dela, fez a denúncia, e foi constatado o estupro. Infelizmente é muito raro acontecer a punição, a condenação do agressor nesses casos, porque a lei é um pouco branda nessa questão, normalmente ele fica solto, cometendo outros crimes e as crianças é que acabam sendo prejudicadas. Nós vimos esse caso da criança de dois anos, mas há inúmeros relatos de crianças de sete anos, oito, doze anos, que são abusadas sexualmente dentro da sua própria casa e é muito triste ver como elas vivem, como elas conduzem a vida depois disso. As crianças têm dificuldade escolar, déficit de atenção, não desenvolvem a fala, essa menininha tinha dois anos quando foi descoberto o abuso, mas a gente não sabe desde quando ela vinha sofrendo. Ela tinha dificuldade para falar, dificuldade para todos os outros desenvolvimentos em todas as áreas e isso vai acompanhá-la por toda vida. Os distúrbios sexuais são vários, a criança pode apresentar uma sexualidade muito aflorada para idade dela, como no caso dessa menininha, ou ao se

tornar adulta a pessoa começa a ter uma dificuldade em relacionamentos íntimos, inclusive com o seu cônjuge, no futuro. Então, a violência sexual devasta e pode perdurar pelo resto da vida de uma criança. No dia a dia da instituição que acolhe essa criança, nós procuramos dar o máximo de amor possível, porque acreditamos que o amor é capaz de curar essas feridas que realmente são profundas, não só no corpo físico, mas na alma. São feridas emocionais gravíssimas que nós, enquanto instituição de acolhimento, temos o papel de tentar amenizar o máximo possível, até que essa criança encontre uma família que realmente vai amá-la e cuidá-la como realmente merece. Esse é o papel da Instituição de Acolhimento Segunda Casa. Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade e dizer que nós precisamos de ajuda, e se alguém quiser trabalhar ou saber mais sobre os casos, terá todas as informações, acessando o nosso site: segundacasa.org.br. Muito obrigada. Que Deus abençoe.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Com a sua permissão, presidente, eu gostaria de cumprimentar a senhora Zaira e o deputado Pedro Pedrossian por trazerem aqui um assunto tão importante como esse. Quero dizer que sou autor de uma lei de 2007, que trata da prevenção e da conscientização. Eu sempre digo que esse crime é a mãe de todos os crimes, porque é inconcebível que aquele que recebeu a missão tão nobre de proteger, de amar, de respeitar, de acolher, acabe sendo o algoz, acabe sendo o criminoso. Quero parabenizar Vossa Senhoria, toda a diretoria, a pastora Joelma que tem a Casa Peniel, que também tem feito um trabalho brilhante, pessoas que Deus colocou na Terra como anjos para ajudar esses hipossuficientes do ponto de vista físico e psíquico. Eu fui presidente do fórum Fenasp, a Damares era assessora do senador Magno Malta, e percorrendo este país, ouvimos relatos terríveis de crianças abusadas a partir de dez meses de idade. Tem um projeto do deputado Rafael Tavares que está tramitando, eu sou um dos signatários, para criar uma rede interdisciplinar, em conjunto, mesmo porque é um assunto do interesse de todos, temos que estar irmanados. Temos o Conselho Tutelar para recorrer quando é identificado que uma criança está sendo vítima de abuso. A autoridade médica, a autoridade policial, o professor pode identificar que a criança está tendo comportamentos anormais, para chegar no próprio pai, no padrasto, no líder religioso. Nós temos professores, temos um líder religioso, que estão presos, e também um político que abusou de sua neta de nove anos de idade. Quero dizer a Vossa Senhoria que esta Casa e os vinte e quatro deputados trabalham nessa linha, em defesa da vida, em defesa da família, em defesa daqueles que mais precisam, dos vulneráveis, que são as nossas crianças. Quero aqui parabenizar Vossa Senhoria e toda a diretoria da Segunda Casa, e dizer que podem contar conosco aqui na Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

SENHORA ZAIRA BRITO — Muito obrigada, deputado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência comunica aos nobres deputados que foi dividido o tempo entre as duas manifestações. Agora com a palavra, o doutor Robson Celeste Candeloro, juiz titular da Vara Especializada em Crimes contra Criança e Adolescente.

SENHOR ROBSON CELESTE CANDELORO (juiz titular da sétima Vara Criminal de Competência Especial de Campo Grande) — Bom dia, senhores deputados, deputadas e a todos os presentes que prestigiam esta Sessão. Quero agradecer o convite do deputado Pedrossian Neto para vir aqui falar sobre um tema tão relevante e indispensável que deve ser discutido com muita seriedade e competência, porque em última análise estamos falando dos nossos jovens e adolescentes. A Constituição Federal, no seu artigo 227, diz que é dever da família, da sociedade e do Estado, com absoluta prioridade, colocar as crianças e os adolescentes, que são o futuro da nossa sociedade, a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Eu não tenho dúvida que é de absoluta prioridade essa campanha e tudo o que estamos fazendo é fruto dessa prioridade, porque vejo que os deputados e deputadas aqui têm inúmeros assuntos a tratar, como agricultura, tributos, assuntos administrativos, mas pararam para tratar da proteção das crianças e adolescentes. Então, é absoluta prioridade o que alude a Constituição Federal, eu não tenho dúvida disso. Em se tratando da nossa legislação de proteção, a partir de 1990, com a criação e promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, foi inaugurada a era da proteção integral às crianças e adolescentes, no Brasil. Essa proteção integral que hoje é consagrada no nosso ordenamento jurídico, concebe a criança como sujeito de direitos em uma condição peculiar de desenvolvimento e que demanda medidas específicas de atendimento e essa prioridade absoluta que eu já mencionei. Desde a promulgação do ECA, tivemos uma série de implementos na rede de proteção, com a criação dos Conselhos Tutelares, que vieram trazer uma nova era na proteção à criança e ao adolescente. Recentemente, tivemos a Lei Henry Borel, promulgada no ano passado, em vigor desde julho, que também foi uma grande evolução nessa proteção das crianças, sobretudo na violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes, porque antes nós tínhamos a legislação da Lei Maria da Penha que é destinada à proteção das mulheres em situação de violência, mas nós não tínhamos uma proteção específica para crianças e adolescentes. A partir da experiência da Lei Maria da Penha, o legislador brasileiro percebeu que as crianças também precisavam de uma proteção específica, assim como a mulher em situação de violência doméstica, porque as crianças também sofrem violência doméstica, violência física, violência psicológica, violência sexual, e havia essa lacuna que foi preenchida pela Lei Henry Borel. Apesar desses avanços legislativos, nós ainda temos muitos desafios para atingir e alcançar essa proteção integral na infância, no Brasil. É necessário fortalecer as políticas públicas voltadas para a proteção da infância, garantindo que os direitos das crianças e adolescentes, em especial, o direito à proteção, sejam realmente respeitados. A nossa legislação protetiva é uma das mais avançadas do mundo, mas precisa de um pouco mais de efetividade, é necessário garantir que essa proteção prevista na lei não vai ficar só no papel para que realmente crianças e adolescentes sejam colocadas a salvo de toda forma de negligência, violência, conforme determina a nossa Constituição Federal, porque enquanto houver uma única criança sofrendo violência física, psicológica, sexual, enquanto houver uma criança morrendo no seio familiar, no íntimo de sua família que é onde ela mais deveria ser protegida, teremos falhado como poder público, como rede proteção e até mesmo como sociedade. Na qualidade de representante do Poder Judiciário, eu tenho que prestar conta da atuação desse Poder, e quero deixar destacado que o presidente Tribunal de Justiça do estado de Mato

Grosso do Sul, desembargador Sérgio Martins, que tomou posse no início deste ano, mostrou uma grande sensibilidade, uma grande preocupação com a garantia da proteção dessas crianças e adolescentes. Todos sabem que quando um dirigente toma posse, há uma expectativa muito grande sobre qual será o seu primeiro ato, porque o primeiro ato geralmente dá o tom da administração que está por vir. Eu diria que o primeiro ato, senão um dos primeiros, do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Martins, foi criar a Vara Especializada em Crimes contra Criança e Adolescente, pela qual eu respondo juntamente com o colega doutor Jorge Tadashi Kuramoto, que coadjuva na Vara. Com a criação dessa Vara, a Comarca de Campo Grande foi uma das primeiras, senão a primeira, a cumprir uma determinação da Lei Henry Borel, que entrou em vigor em junho do ano passado, para tirar dos juizados especiais, os chamados Juizados de Pequenas Causas, como se dizia antigamente, todo crime em que uma criança ou adolescente seja vítima. Então, hoje aqui em Campo Grande, uma criança vítima de crime, seja ele qual for, não é mais competência do juizado, é tratado como um crime de maior potencial ofensivo, não existe mais crime de menor potencial ofensivo quando a vítima é uma criança. Por fim, eu quero terminar dizendo que ultimamente eu tenho ouvido muitas pessoas, em vista das notícias, dizendo que a violência contra a criança aumentou, que não era assim antigamente, que isso é o fim do mundo, mas infelizmente não gostaria de chegar aqui e dizer que a violência aumentou só agora, que antigamente não era assim, na verdade ela sempre existiu, nossas crianças sempre foram vítimas de violência sexual, psicológica, física, isso sempre aconteceu. A questão apenas é que uma demanda reprimida agora está vindo à tona, agora está começando a receber a atenção que merece, porque o que graças a Deus tem mudado, é que em primeiro lugar há uma rede de contatos dessa criança, familiares, professores, que têm se envolvido mais, notado, percebido sinais de violência, não têm ficado quietos, mas denunciado, ido na Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente, não têm deixado barato, como se diz. A própria sociedade não tem mais aceitado esse tipo de violência, tem cobrado do poder público meios, recursos, para que essa proteção prevista em lei seja, de fato, efetiva, tirada do papel, porque a própria sociedade não quer lei só para inglês ver, principalmente nessa seara da criança e do adolescente. Portanto, no que depender do Poder Judiciário, posso dizer que estaremos sempre trabalhando para que nossas crianças sejam, de fato, colocadas a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, como determina o nosso comando constitucional. Com essas palavras, me despeço e agradeço a oportunidade do convite, me colocando à disposição como mais um soldado na trincheira dessa importante batalha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Gostaria de parabenizar o deputado Pedrossian Neto, pela indicação, e dizer que nós também tivemos a oportunidade de participar do lançamento do Centro de Proteção e o Mato Grosso do Sul vai ser protagonista. Esse Centro de Proteção será muito importante para todo o nosso estado e as ações governamentais têm que ser efetivas nesse sentido. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Obrigado, presidente. Quero parabenizar o doutor Robson e a Zaira, e dizer que eles estão fazendo uma expansão

do Projeto Segunda Casa, porque tem fila de espera de crianças para serem acolhidas. Neste momento em que estamos justamente definindo as emendas, parece-me que houve uma prorrogação para que a gente possa fazer a destinação. Eu sei que o deputado Zeca já se comprometeu, mas quero pedir para cada um dos colegas deputados fazer esse bonito gesto de destinação de recurso para a construção de mais uma unidade da Segunda Casa. Eu já quero comprometer a minha emenda e a do deputado Zeca, e peço a todos que possam assim fazer. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu comentava com o deputado Pedrossian Neto que o pronunciamento da dona Zaira e do juiz de Direito responsável por essa vara, nos impressiona. O deputado Pedrossian Neto me dizia da visita que fez pessoalmente, deputado Paulo Corrêa, e o que a gente enxerga é assustador, mas isso não pode só nos impressionar, acho que temos que dar um passo além, independente de qualquer outra coisa. Nós, os vinte e quatro deputados, poderíamos fazer uma corrente, cada um dar um porcentagem, para juntarmos um valor significativo e, efetivamente, não só como deputado, mas como cidadãos, como pais, como avós que somos, cuidar e manifestar todo sentimento de solidariedade e de carinho com esse tema tão sensível. Eu, publicamente, estou assumindo com pessoal da associação que está aqui, com meu primo Paulo e o Pedrossian Neto, uma participação através das minhas emendas. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Pela ordem, senhor presidente. Quero parabenizar o deputado Pedrossian Neto pela ação e dizer que nós estamos juntos com a doação e o encaminhamento das emendas para a Instituição Segunda Casa, para que esse projeto tenha a estrutura necessária para combater e proteger as crianças do Mato Grosso do Sul. Somente isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está reaberta a Sessão (19h31min). Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra a nobre deputada Mara Caseiro que disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, primeiramente quero falar da importância do "Maio Laranja", parabenizar o deputado Pedrossian Neto e todos os deputados e deputadas desta Casa que têm a preocupação com o combate de todo e qualquer crime contra as nossas crianças. Parabenizar a Zaira, pelo acolhimento dessas crianças que sofreram e sofrem abuso sexual. Como é importante ter essas instituições dando apoio e suporte. Casos como esse que você abordou aqui, nos causa imensa tristeza, sem falar na quantidade de tantos outros que não chegam a ser denunciados, de crianças e de famílias que ficam no anonimato. Infelizmente, quando a gente ouve que 98% dos

casos acontecem dentro de casa, onde elas deveriam ser protegidas, é um alerta para que as famílias, os pais, as pessoas observem qualquer tipo de comportamento diferente dessa criança e investiguem para acabar com esse tipo de violência. Senhor presidente, eu quero, hoje, debater um assunto que também afeta muitos trabalhadores e trabalhadoras. Nós estamos comemorando hoje, 2 de maio, Dia Estadual de Combate ao Assédio Moral e Sexual Contra Mulheres no Ambiente de Trabalho, e dizer que somente neste ano foram vários os casos de assédio sexual e moral contra trabalhadores e trabalhadoras, em Mato Grosso do Sul. Segundo o Ministério Público do Trabalho, nesses primeiros meses de 2023, foram instaurados trinta e nove processos de assédio moral e quatro de assédio sexual. As notícias envolvendo situações desse tipo são frequentes e recentemente foi noticiado o caso de uma jovem assediada sexualmente por um funcionário do Instituto Mirim e também de um trabalhador de um hospital particular, aqui em Campo Grande, assediado pelo seu superior. Não são raras situações como essas e sabemos que muitos casos nem vêm à tona, não são denunciados. Visando combater esse problema em nossa sociedade, apresentei, em 2021, uma proposta que se tornou lei e desde então o dia de hoje, 2 de maio, é a data estadual de combate ao assédio moral e sexual contra as mulheres nos ambientes de trabalho. Portanto, pensando em como mudar a situação de quem está sofrendo com o assédio, realizaremos um evento muito importante que tem como objetivo o resgate da autoestima, a valorização de si mesma. Será realizada hoje, aqui no Plenário Júlio Maia, às 14 horas, a palestra "O que é assédio, como identificá-lo", com a palestrante Ana Cristina Medeiros Rodrigues, advogada especialista em Direito Público, e a palestra "Acredite em Você! Livre-se do Assédio", com a palestrante e terapeuta Sueli Pinto. Eu quero convidá-los a estarem aqui para debatermos, porque quanto mais a gente fala sobre o assunto, mais a gente vai combater esse tipo de crime contra as mulheres e encorajá-las a denunciar, buscar ajuda, porque muitas adoecem, entram em depressão, pedem demissão, perdem o emprego por estar sendo assediadas e não ter como sair desse ciclo de violência no ambiente de trabalho. Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputada Lia Nogueira. Transferida. Deputado Pedrossian Neto. Transferida. Deputada Gleice.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente. Eu gostaria de reforçar a necessidade dessas pautas que foram colocados, sobre a violência contra as crianças e também assédio e violência contra as mulheres. É uma realidade em nosso país e também no estado de Mato Grosso do Sul tanto a violência contra as crianças, como contra as mulheres, inclusive no espaço de trabalho. Eu gostaria de lembrar que as escolas são sempre um espaço de proteção, e é nas escolas que a gente identifica a violência contra as crianças e a importância de se reforçar a rede de enfrentamento à violência. É muito difícil as mulheres conseguirem, individualmente, se livrar da situação de assédio no trabalho. Parabenizo a deputada Mara Caseiro por essa iniciativa e pelo projeto de lei, que foi pedido vista hoje, mas ressalto a importância de a gente contar as histórias das mulheres no processo educacional, porque é por meio da informação que vamos construir essa força para combater o assédio e esse tipo de violência. Eu gostaria de



me manifestar nesse sentido e dizer que estou aqui em Dourados, por conta da minha saúde, mas essas pautas têm o meu apoio. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Obrigado, deputada. Gostaríamos de agradecer a presença do senhor Evaldo Paulinho Garcia, vereador do município de Costa Rica, e parabenizar o time de Costa Rica que foi campeão estadual no último final de semana. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente Sessão. Está encerrada (10h40min).